

Promessa, só ao Padre Cícero

AUGOSTINUS STAUB (*)
Colaborador

Não conheço os candidatos. Não sei o nome deles. Não sei a que partido pertencem. Sei das promessas e dos projetos pela televisão, o rádio e pela leitura ocasional de folhetos de propaganda.

Um candidato a deputado prometeu emprego na Câmara ou Senado para uma senhora da Candangolândia. A promessa é boa mas não tem alcance. Porque só prometer emprego para uma senhora? E só prometer emprego para todas as senhoras bem casadas, mal casadas, desquitadas, divorciadas, viúvas, virgens, filhas de Maria, prostitutas e vestais da Candangolândia, do Paranoá, do Varjão, das cidades-satélites e do Plano e você está eleito. Promessa de candidato tem que ser ousada, atrevida. Deve atingir todas as classes, todas as tendências, todos os problemas dos eleitores. Deve tentar atingir as ralas do impossível. Sei que você objeta dizendo que no Senado e na Câmara não há lugar para tanta gente e, conseqüentemente, não poderá cumprir a promessa. Sei disso. Entretanto, os antropólogos ensinam que o cumprimento de promessas não constitui traço pertinente da nossa cultura. A não ser que se trate de promessa feita ao Padre Cícero, o Padim Cico. Esta tem que ser cumprida sob pena de provocar as iras do Santo. E só fazer como todos fazem. Você promete e não cumpre. O importante é você se eleger. A Câmara e o Senado precisam de cabeças bem postas, de cabeças que pensam. Cabeça não é enfeite. Foi feita para pensar.

Projeto de um candidato ao Senado: "Aposentar todas as mães". É um projeto bom e está repercutindo favoravelmente no mundo feminino que certamente não lhe vai negar o voto no dia quinze de novembro deste ano. A minha empregada por exemplo, ao dar-se conta do alcance do mesmo pediu 15 dias de licença. Viajou para o interior de Minas, para lá de Unal, conversou com o namorado e voltou grávida. Já pediu as contas. Não quer mais trabalhar e está contando com a aposentadoria justa daquilo a oito meses. Mas o seu projeto, prezado candidato, pode ser melhorado: "aposentadoria integral por filho". Em outras palavras: tantas aposentadorias integrais quantos filhos. Não temos gente grávida por aí com três ou quatro aposentadorias? Você vai dizer que a Previdência não tem dinheiro para tanto benefício. E só conseguir a aprovação do projeto — e certamente o conseguirá — e ele será lei. "Dura lex sed lex". A lei é dura mas é lei, já diziam os romanos. A Previdência que se dane. Que se vire. Que arranje dinheiro. Que o peça emprestado ao BID, ao Chase Manhattan, ao City ou ao Morgan. Você, além de eleger-se, terá cumprido a sua missão: deu a quem merece.

Um projeto de candidato a Senador: "Que parte do aluguel reverta para o inquilino na forma de caderneta de poupança para o financiamento de casa própria". Sei que existe muito inquilino por aí que paga um aluguel escorchante. Tam bém sei que outros são verdadeiros exploradores de viúvas. Ignoro de momento esta realidade e passo à análise do seu projeto. Considero-o bom. Mas pode ser melhorado. Você poderia propor o seguinte: "O aluguel do inquilino, em vez de ser pago por este ao proprietário, será pago pelo proprietário ao inquilino". Ou melhor ainda: "Após dois meses de ocupação, com o aluguel pago pelo proprietário ao inquilino, o imóvel, passará automaticamente a integrar o acervo de bens deste". A redação está clara e não deixa dúvidas. Você que mora de aluguel, passa-

rá a ser dono do imóvel. Após alguns meses com o salário polpudo de Senador, Jetons, mais apartamento funcional e outras regalias, você certamente estará em condições de comprar uma linda mansão no lago e casa numa praia do Nordeste. Você poderá passar a terça, a quarta, e a quinta em Brasília, e a sexta, o sábado, o domingo e a segunda nas praias ensolaradas de lá. As passagens? E só requisitar. Senador tem privilégios. Só um pequeno problema. O apartamento, já em seu nome, graças à sua própria lei, e a casa do lago, não poderão ser alugados. Você terá que "cedê-los" à sogra, a um primo, a um compadre. Não será mau negócio. Em Brasília, a valorização do imóvel é tiro e queda.

Projeto de outro candidato ao Senado: "Fundar casas de sopa pública". O projeto também é bom. Mas pode ser melhorado: A sopa lerá que ser para todos. Você não pode segregar. A tendência segregacionista tira votos. As "casas de sopa" serão verdadeiros centros de integração, de troca de idéias, de debates, onde, além dos pobres, dos ricos, do Governador, poderão ser vistos o Bispo, o feirante do Guarará, o professor da UnB, do Ceub, sorvendo a sopa popular a longos haustos. É o que a Nova República precisa. Muita troca de idéias. Muito debate. Muita discussão. Do atrito surge a chama, a luz. O trabalho poderá ficar para uma outra República.

Um candidato deve prever todos os problemas que podem envolver a aprovação de um projeto. No seu caso, caro candidato, após a aprovação do seu projeto, o governo terá que criar o Conselho Nacional da Sopa Pública, com representantes do mesmo em todos os estados da União, municípios, vilas e lugarejos. Fonte de empregos jamais sonhada por alguém! Um dos problemas do projeto vai estar na própria sopa. Como sempre, certos representantes do Conselho não serão honestos. Vão querer tirar proveito para o bolso próprio. Em vez de sopa substanciosa, feita com osso de bol com muito tutano, muita verdura, legumes e massa, tentarão impingir uma sopinha feita com água quente, dois pés de galinha, uns fios de massa, alguns grãos de arroz e cheiro verde. Um desastre. O sujeito come a sopa, caminha vinte metros e sente fome de novo. A sua popularidade estará em jogo. Você vê que a sopa se presta bem para a mutreta. Aqui estou para nova colaboração. Regionalize o seu projeto. Em vez de sopa pense em pratos regionais. Para o Nordeste, proponha casas de rapadura com farinha

de mandioca. O nordestino que não gosta de rapadura já nasce morto. Sei que você vai objetar dizendo que rapadura com farinha de mandioca estufa. Estufa sim. Melhor barriga estufada do que barriga vazia. E aqui um novo problema. O governo vai ter que tabular a rapadura. Os grandes vão cobrar ágio. O governo vai prender os grandes que cobrem ágio. E a rapadura vai faltar... Teremos que importar a rapadura dos países africanos, do Sri-Lanka ou da Tanzânia. Sempre existirá um país com rapadura para vender. O Japão e a Alemanha vão entrar na concorrência e surgirá no mercado nordestino a rapadura tipo "Export", "made in Japan" ou "made in Germany". A Alemanha, como sempre, vai querer fornecer, não o bom, mas o melhor. Vai querer vender rapadura com amendoim. Novo desastre. Nove meses após o consumo da rapadura tipo Export "made in Germany" com amendoim, teremos a maior explosão demográfica da história do Nordeste. A Nova República não está preparada para tanto. O seu projeto terá que ser claro "rapadura sem aditivos, feita de caldo de cana puro, purinho". Para Minas você propõe casas de tutu com couve, uai! Para Belém, casas de tacacá que aos sábados e domingos poderão servir pato no tucupi. Para simplificar as coisas você propõe um prato único para o Rio e São Paulo: Feijoadá com caipirinha. E para o Rio Grande do Sul nada melhor do que casas de churrasco de costela gorda com chimarrão, tchê. Conheço goianos que adoram uma rabada picante. O seu comitê certamente descobrirá as preferências dos paladares de estados não mencionados.

Se você conseguir regionalizar o seu projeto e conseguir a sua aprovação, você está feito na vida. O presidente Sarney já tem um substituto. Para ministro da Previdência você escolhe o Senador da aposentadoria das mães. Para ministro da Fazenda, o Senador do projeto dos apartamentos. Para ministro do Bem Estar Social — a ser criado — o deputado que deu emprego a todas as senhoras do DF. Os ministros restantes você escolhe entre os colaboradores mais fiéis. Não deve esquecer a boa senhora da Candangolândia. Uma senhora no ministério dá Ibope. E ninguém mais segura esta Pátria bem-amada, idolatrada, estremeçada. Termine em latim com a pergunta de Horácio: "Ridentem dicere verum quid vetat?"

(*) O professor Augustinus Staub é diretor do Instituto de Expressão e Comunicação da UnB

